



RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E IMPLANTAÇÃO DA PCASP

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no art. 42, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, de 05/10/98, encaminhamos a Vossa Excelência, o Relatório sobre a situação econômico-financeira e administrativa deste Município, relativo ao exercício de 2024.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Lei Federal nº 4.320/64, que prescreve as técnicas dos registros contábeis a serem obedecidos pela União, pelos Estados e Municípios, consubstancia diretrizes para Contabilidade Pública. Tal Contabilidade compreende os registros gerais do exercício, demonstrados pelos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Econômico (ou variações patrimoniais).

A Lei Municipal que aprovou o Orçamento Geral para o Exercício de 2024, com a receita de R\$ 236.265.000,00 (Duzentos e trinta e seis milhões e duzentos e sessenta e cinco mil reais) e uma despesa de idêntico valor, ficando, portanto, constatado perfeito equilíbrio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, respalda todos os gastos realizados durante o exercício, nos mais diversos aspectos, desde a assistência social aos investimentos, a qual referenda as condutas e ações administrativas executadas, toas consignadas na Lei do orçamento.

Os anexos componentes do Balanço Geral desta Prefeitura, apresentam as peças, os elementos necessários para uma efetiva apuração dos dados inseridos nos mesmos, com clareza e evidência.

II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO E PATRIMONIAL

A prefeitura Municipal, teve o ingresso em sua receita a quantia de R\$ 292.282.697,31 (Duzentos e noventa e dois milhões e duzentos e oitenta e dois mil e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), emergente das seguintes contas orçamentárias:

Receita Impostos	15.391.550,26
Receita de Contribuições	4.868.555,93
Receita Patrimonial	2.392.757,33
Receita de Serviços	8.510.587,75
Transferências Correntes	267.797.434,02
Outras Receitas Correntes	3.667.140,24
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	8.788.508,49
Operações de Crédito	0,00
Contas Redutoras	-18.853.719,66
TOTAL	292.282.697,31

Por outro lado, a despesa efetivamente realizada no exercício, atingiu a cifra de R\$292.044.739,18 (Duzentos e noventa e dois milhões e quarenta e quatro mil e setecentos e trinta e nove reais e dezoito centavos) assim distribuídos:

Despesas Correntes	282.494.188,42
Despesas de Capital	22.957.923,27
TOTAL	292.044.739,18

O Balanço Financeiro apresentou os seguintes resultados:

Receita Orçamentária	292.282.697,31
Transferências financeiras recebidas	278.319.200,28
Recebimentos Extraorçamentários	44.221.086,05
Saldo do exercício anterior	20.209.784,96
Total	635.032.768,60

Despesa Orçamentária	292.044.739,18
Transferências financeiras concedidas	278.319.200,28
Pagamentos extraorçamentários	42.907.179,40
Saldo para o exercício seguinte	21.761.649,74
Total	635.032.768,60

O Balanço Patrimonial apresentou os seguintes resultados:

Ativo	
Ativo Circulante	60.273.869,78
Ativo Não Circulante	206.538.051,88
Total	266.811.921,66

Passivo	
Passivo Circulante	70.512.059,15
Passivo Não Circulante	890.102,11
Patrimônio Líquido	195.409.760,40
Total	266.811.921,66

As Demonstrações das Variações Patrimoniais, apresentaram os seguintes elementos:

Variações Quantitativas	
Variações Patrimoniais Aumentativas	599.374.259,22
Variações Patrimoniais Diminutivas	569.671.034,27
Resultado Patrimonial	29.703.224,95

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa, apresentaram os seguintes elementos:

Fluxos de Caixa	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	25.214.258,80
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-17.707.115,14
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	-5.955.278,88
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.551.864,78

A Dívida Flutuante, ficou distribuída de acordo com o anexo XVII.

III – DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As novas normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, serão implantadas de acordo com os cronogramas enviados junto ao Sistema de Informações Municipais, em conformidade com a regra prevista de acordo com a Instrução Normativa nº 02/2013 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

implementação destas novas Normas, junto aos Sistemas Informáticos da Administração Municipal, ao qual, no decorrer do exercício efetuarão todas as ações para implementar essas regras, e qualificando nosso pessoal para atender os novos regramentos.



IV – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Quadro de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, segue anexo.

A remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito obedeceu ao que estabelece a Constituição Estadual.

Considerando as peças complementares, que integram a presente Prestação de Contas, foram estes os principais aspectos administrativos do Município, no decorrer do exercício sob exame.

Os Tombamentos e o levantamento patrimonial em face das Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – PCASP, estão sendo efetuadas pela Administração.

Os Créditos Tributários estão sendo administrados e serão lançados em face da implantação de sistema de controle exigido pelas normas.

O Orçamento para o ano seguinte foi elaborado por fontes de recursos e sua aplicação será efetuada para demonstrar as informações corretas junto ao anexo XIII.

Os sistemas informáticos da Administração já estão em acordo com as novas normas de contabilidade.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração, colocando-nos ao inteiro dispor desse órgão, para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Cordialmente,

**MARIA ELIZABETE MAGALHAES
PREFEITA MUNICIPAL**

**VALDETE BEVILACQUA MOREIRA
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO**